

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Daniela de Amorim Lisbôa

FEMINISMOS, DITADURA E NOVAS ESQUERDAS: VELHOS HÁBITOS NUNCA MUDAM?

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Wallace Andrioli Guedes.

Juiz de Fora
2014

FEMINISMOS, DITADURA E NOVAS ESQUERDAS: VELHOS HÁBITOS NUNCA MUDAM?

Daniela de Amorim Lisbôa¹

Resumo

Este artigo tem como intensão discutir as interações entre o movimento feminista brasileiro e sua inserção na ditadura militar e nas instituições de esquerdas. Revisita os feminismos e procura de forma simples contar um pouco desse movimento e suas ondas. Discute principalmente a forma como os homens nas instituições das novas esquerdas enxergavam o feminismo e as pautas de suas companheiras, e demonstra como as posições feministas eram tidas como secundárias. A partir da recomposição da esquerda nos anos da Ditadura Militar, diversas mulheres ingressaram nos grupos de esquerda de luta armada, com a experiência do exílio, principalmente em Paris, muitas mulheres tem seus primeiros contatos o movimento feminista e dessa forma passavam a tecer uma dupla militância. Ainda assim, a inserção de mulheres nessas instituições não significou uma absorção de pautas feministas pelos grupos de esquerda. Para este trabalho utilizamos memórias de militantes e trabalhos que abordam essa mesma temática.

Palavras-chave: Feminismos, mulheres, ditadura, novas esquerdas

Abstract

The present article discuss the interactions between the brazilian feminist movement and its insertion into the military dictatorship and left institutions. Revisits different feminisms, and aims at telling in simple ways a little bit of this movement and its waves. Primarily discuss the way that men inserted in new-left institutions perceived feminism, its agenda and women colleagues. From the restoration of the Brazilian left in the years of the military dictatorship, many women joined in left armed groups, and with the experience of exile, majorly in Paris, many women had their first contacts with feminism, creating a double activism between left and feminist views. Even so, the insertion of women in those institutions didn't meant the appropriation of feminist ideas. For this work we used memories of activists and other academics works that address this same thematic.

Keywords: Feminisms, women, dictatorship, new-left

1. INTRODUÇÃO

Feminismo é um movimento social, filosófico e político cujo objetivo principal tem sido alterar as relações de poder entre homens e mulheres. Além disso, tem se tornado um campo de estudos plural, e é por isso que adotamos feminismos e não feminismo no presente artigo. E afirmar isso, é afirmar que feminismo não abarca apenas uma única ideologia ou posição política. Esse artigo se propõe a analisar o papel do feminismo não só enquanto estratégia contra o machismo, mas procura perceber o feminismo como uma luta abrangente e, para isso, é necessário pensar nas categorias de classe, raça, sexualidade e tantas outras que contemplam as diversas formas de ser mulher, porque ser mulher também é plural.

Ainda que por excelência o espaço acadêmico, seja o lugar do livre pensamento, falar de feminismo causa incômodo. *Empoderar* as teorias com sua militância não é o certo, “suja” a teoria, afinal, a ciência é e deve ser neutra, e o pesquisador, seu local de fala e suas vivências não importam no exercício científico. Mas feminismo é um exercício de resistência, e é por isso que tantas professoras lutam em suas universidades e departamentos para conseguirem espaços legítimos onde lecionam disciplinas sobre feminismo, fomentam pesquisas e projetos de extensão. E essas mulheres nos servem de inspiração no exercício científico.

Militar é preciso, pois por ser fundamentalmente um movimento social, mas não apenas isso, sua existência e fôlego se fazem através da militância. Muito dessa militância tem sido feita, ou ao menos, vinculada, com as instituições de esquerda, como nos mostra Cynthia A. Sarti, em seu texto *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. Garantir um espaço de fala e ajuda na luta feminista dentro dessas instituições também não foi, e nem tem sido um exercício fácil. A esquerda carrega para si muitos dos valores da masculinidade. As novas esquerdas brasileiras dos anos 60 reclamavam para si uma postura viril frente ao regime que, por ser militar era inevitavelmente viril. O feminismo volta e meia, é associado por alguns como uma prática burguesa, talvez por carregar lemas como liberdade, igualdade e fraternidade, convertida aqui em sororidade, valores

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: Dani.amorimlisboa@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Wallace Andriolli Guedes.

típicos das revoluções burguesas do século XVIII. Mas então qual seria o lugar do feminismo na esquerda marxista? Entre novas e velhas esquerdas, a situação das mulheres nessas organizações mudou?

Esse trabalho é consoante com outros trabalhos já escritos como o de Cristina Wolff, *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*, e seu objetivo pode ser entendido pela tentativa de analisar como as novas esquerdas dos anos 60, encaravam as demandas feministas de suas companheiras de guerrilha. Procura também, de maneira simples, reviver a memória do movimento feminista e sua inserção no regime militar brasileiro.

2. FEMINISMOS: PODER E RESISTÊNCIA.

Durante muito tempo, o termo “feminismo” foi usado de maneira pejorativa, para demonizar mulheres, simplesmente por serem mulheres. Éramos “históricas”, “loucas”, “peludas” e “mal-amadas”, “sapatonas”. Ora, ainda bem que esses tempos ficaram para trás, mas será mesmo? Foi ainda “ontem” que inventaram sobre nós uma queima de sutiã que nunca nem mesmo aconteceu.²

A história do movimento feminista pode ser vista e compreendida a partir do que chamamos de três grandes ondas. A literatura feminista é bem vasta, mas para começar o debate devemos primeiro ter em mente que, ao longo da história do ocidente, existiram mulheres que lutaram contra a sujeição feminina, antes mesmo do termo feminismo.

As chamadas precursoras do movimento feminista datam do século XVII: Moderata Fonte publicou em 1600 o livro *O Valor da Mulher*; Lucrecia Marinelli, em 1601, o livro *A nobreza e a excelência da mulher*; e Ârcangela Tarabotti, que contra sua vontade teve de se tornar religiosa a mando de seu pai, passou a vida encarcerada em um mosteiro onde escrevia cartas sobre a inferioridade das mulheres etc (AUAD 2003).

Mas, do século XVII até hoje, o mundo, o feminismo e suas pautas mudaram muito. A primeira onda feminista foi marcada pela luta dos direitos civis principalmente pela luta pelo voto feminino, as *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, no contexto europeu. No Brasil, essa primeira onda, como observa Céli Regina Jardim Pinto, é muito marcada por personalidades, e o nome que mais se destaca aqui, é o da bióloga Bertha Lutz, que por pertencer a uma classe mais alta, teve oportunidade de estudar em Paris, onde teve contato com as sufragistas. Mas esse feminismo de primeira onda não questionava a posição da mulher com relação ao homem, era focado na luta pelo direito institucional de se reconhecerem cidadãs, direito que lhes era negado. No Brasil, a conquista desse direito veio sem restrições em 1932, garantido pela Constituição em 1934. Ainda nessa constituição não era permitida a discriminação por sexo. Bertha Lutz, ainda conseguiu ocupar o cargo de deputada em 1936, porém em 1937, com a ditadura do Estado Novo, que só teria fim em 1945, o movimento feminista foi perdendo espaço no cenário brasileiro.

O feminismo de segunda onda começa a se fazer presente na década de 1960. Década de grande efervescência revolucionária, em que muitos movimentos sociais e culturais eclodiram. Esses anos ainda marcam, para as mulheres, a desvinculação entre sexualidade e reprodução biológica, com o advento dos métodos contraceptivos. A partir da década de 60 as mulheres passam a reivindicar uma maior participação no espaço público. E passam a adentrar de maneira significativa o setor terciário. Essa nova onda feminista é muito marcada pela obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, publicada pela primeira vez em 1949. Mesmo Beauvoir não sendo uma militante feminista, seu livro lançado ao fim da década de 40 se torna a “bíblia” feminista nos anos 60. A publicação do livro de Betty Friedan, *A mística Feminina*, em 1963, também causou grande impacto no movimento. No Brasil, temos publicado pela primeira vez, em 1969, o livro de Heleieth Saffiotti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Apesar de Saffiotti não se considerar feminista na época em que escreveu seu livro, isso não retira dela o fato de ter sido pioneira na literatura sobre a mulher em terras brasileiras.

No corpus teórico da segunda onda é possível que encontremos em sua boa parte a visão de um feminismo que se dá pela diferença homem/mulher. Ser mulher nesta visão carrega a ideia de uma uniformidade feminina, uma essência. É ainda na segunda onda que o conceito de “sororidade” é cunhado e utilizado. Sororidade é o conceito que une as mulheres como iguais e pode ser entendido também como irmandade feminina, um conceito que se contrapõe à “camaradagem masculina”. Esse feminismo vem para questionar principalmente a ideologia patriarcal em que as relações entre homens e mulheres são de dominação, e também propor uma sociedade diferente em que a mulher possa ser um ser emancipado, mandante de seus próprios desejos e de seu corpo. A

² Daniela Auad, no primeiro capítulo de seu livro “Feminismo que história é essa” nos conta que a suposta queima de sutiã, é apenas uma história. A manifestação contra os padrões e concurso de beleza realmente aconteceu em 1968 nos EUA, mas as mulheres só jogaram seus sutiãs em uma lata de lixo, a queima foi ideia de um jornalista que quis dar mais intensidade a história.

crítica comum e mais atual a esse feminismo é a de que ele é inocente e essencialista, porém isso se o analisarmos à luz das teorias das feministas pós-estruturalistas, como veremos adiante. (HEMMINGS, 2009)

A terceira onda do feminismo se localiza na década de 1980. No começo dessa década as feministas negras e não brancas começam a reivindicar seus espaços de fala dentro do movimento feminista, que era até então dominado pelas mulheres brancas. As pesquisadoras e militantes do feminismo negro apontam, nos estudos de feministas brancas e ocidentais, uma incapacidade de compreender sociedades multirraciais ou multiculturais, um feminismo unidimensional. Essa crítica pode ser melhor compreendida nas palavras de bell hooks, ao criticar a obra de Betty Friedan, já citada neste artigo:

Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (HOOKS, p. 194).

Hooks aborda em suas obras uma perspectiva pós-moderna, procurando inserir no debate feminista categorias como raça, classe, gênero, sexualidade etc. O feminismo negro norte-americano tem grandes nomes, como o da poetisa lésbica Audre Lorde, Angela Davis, a própria bell hooks, entre outras. No Brasil, como nomes do feminismo negro temos Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Alzira Rufino e tantas outras mulheres que enriquecem e fortalecem o feminismo brasileiro.

Ainda nessa onda feminista, no campo bibliográfico, é comum na virada do século feminismos que se (des)constróem com muitos discursos, inspiradas pelos filósofos da diferença. É gerado aqui o feminismo pós-estruturalista. Tempo de muitos feminismos, mas a heterogeneidade do movimento feminista não o descaracteriza ou deslegitima. A ideia desse feminismo é de preencher falhas e lacunas teóricas deixadas pelas fases anteriores. É também aqui que a categoria “mulher” passa a ser menos utilizada, dando espaço para a categoria “gênero”. Nos estudos pós-estruturalistas, o termo mulher passou a ser uma categoria oca, uma ficção, em suas últimas consequências: um feminismo sem mulher. Procura fazer fronteira com outros indicadores sociológicos, e é aqui que o feminismo passa a olhar as mulheres como diferentes e desiguais. Essa onda também é muito marcada pela aplicação das teorias na militância. Os nomes mais citados nos estudos pós-estruturalistas são: Judith Butler, Donna Haraway e Gayatri Spivak.

Apesar de ser uma máxima feminista categorizarmos a história do movimento feminista em ondas, Hemmings já nos alerta que essa divisão do movimento leva em seu cerne uma narrativa do progresso, sem nunca enunciar as perdas, sendo mutuamente excludente, pensar em um movimento que seja estático (HEMMINGS, 2009). E dessa categorização surge certa “rivalidade” entre as correntes, na qual, de um lado temos as feministas pós-estruturalistas, sempre fazendo ressalvas ao feminismo de segunda onda, lembrando o quanto esse era essencialista e inocente, e, de um outro lado, é comum vermos críticas ao feminismo pós-estruturalista, apresentado como irremediavelmente apolítico, se desligando totalmente da prática teórica, do mundo social, um feminismo sem valor fora do ambiente acadêmico.

A narrativa feminista descrita em ondas faz muito sentido na construção do movimento brasileiro, pois aqui o movimento já considerava as categorias sociais úteis de análise, como gênero, raça e classe, conceitos que só iam ser mais fortemente trabalhados nos EUA nos anos 80, isso sem perder o caráter político que os anos 60 e 70 exigiam, principalmente em contextos ditatoriais, como foi o caso do Cone-Sul.

E nesse contexto nasciam as novas esquerdas. As novas esquerdas surgidas no Brasil e na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, eram fortemente influenciadas pelo marxismo-leninismo e pelos processos das revoluções cubana, russa e chinesa, se diferenciando da “velha esquerda” por incluir em sua *práxis* a luta armada. Essa nova esquerda é importante no Brasil, porque é neste momento da história brasileira que o feminismo passa a se aproximar da esquerda, dos movimentos de resistência e da guerrilha.

3. RECOMPOSIÇÃO DA ESQUERDA

Durante os anos 60 e até o começo dos 80, a América do Sul viveu anos tenebrosos politicamente. Anos de muita repressão aos movimentos sociais e essa repressão era legitimada socialmente, Brasil teve uma grande adesão popular, à medida em que ela era o meio que salvaria muitos desses países do “perigo vermelho”. Segundo Bresser, definir o que é velho ou novo deve vir sempre junto com uma reflexão histórica e também geográfica. (BRESSER, 2000)

As esquerdas brasileiras anteriores aos anos 60, as chamadas “velhas esquerdas” tinham vivido certa proximidade com o populismo Vargasista. E, com a chegada de João Goulart, o Jango, à presidência, esse cenário permaneceu o mesmo. E essa proximidade com o poder e também a fragmentação da esquerda foram alguns dos impedimentos que a esquerda teve em se organizar contra o golpe que ocorreria em 64.

Essas esquerdas eram compostas por partidos e por movimentos organizados, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Leonel Brizola e Jango, as Ligas Camponesas, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B, criado em 1962), o Partido Operário Revolucionário Trotskistas (PORT) e outras entidades como os socialistas cristãos e a Ação Popular. Nem todas as organizações citadas sobreviveram ao golpe, e as que resistiram foram jogadas na clandestinidade, já que com a instauração do Ato Institucional de número 2 (AI-2), em 1965, os únicos partidos que foram permitidos atuar dentro do jogo foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido aliado ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ocupava um posição de oposição moderada ao governo.

O PCB era o ator principal da velha esquerda, sendo um modelo de organização a ser seguido pelas esquerdas, pois seus membros eram totalmente dedicados ao trabalho partidário e criavam ramificações tantos nos movimentos estudantis quanto no movimento operário. O PCB, nas palavras de Dulce Pandolfi, “[...] foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961” (1995, p. 23). As múltiplas legendas desses partidos nos remete ao quão fragmentada a esquerda desse período era. No VI Congresso do PCB realizado em 1967, há uma grande cisão no partido:

[...] dirigentes comunistas estimam que 10 mil membros do partido acompanharam Carlos Marighella na sua cisão (que depois daria origem à Aliança Libertadora Nacional, a ALN), 5 mil acompanharam Jacob Gorender e Mário Alves no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros 5 mil se dispersaram em várias outras dissidências. (GROPPO, 2007)

A partir dessas cisões, o PCB deu origem a vários grupos da nova esquerda que optaram pela luta armada e também romperam, ou ao menos acreditavam estar rompendo, com o populismo e reformismo que havia contaminado as velhas esquerdas, que pouco fizeram perante o golpe de 1964. Eram esses grupos: a Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros. Assim como do PC do B saíram militantes que criaram o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). A AP (Ação Popular) teve pelo menos duas outras divisões importantes, a primeira dando origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e a segunda a Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML). Da ORM-POLOP, por sua vez, saíram militantes que criaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Operário Comunista (POC).

O horizonte possível que se criara naquele momento era o da guerrilha, inspirada principalmente pela revolução cubana de 1959. O movimento estudantil foi parte crucial para a luta armada. Desde 1966, a polícia já reprimia as manifestações estudantis. Esses estudantes eram secundaristas e universitários. Os jovens que haviam começado a militar em 1963, no ano de 1964 já se viam com amplas responsabilidades de liderança. Nas organizações e nos partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava geralmente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos (GROPPO, 2007). Muitos desses jovens viram-se presos pela ditadura.

É uma ideia recorrente pensarmos na luta armada e no regime mais duro, como em um sistema de retroalimentação, mas historiadores, como é o caso de Carlos Fico, acreditam que o regime não endureceu de uma hora para outra. Nas palavras de Fico:

Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI-5, as diversas instâncias repressivas *já existentes* passaram a agir segundo o *ethos* da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito. (FICO, p.9, 2004)

Mas enquanto o regime ia endurecendo, a nova esquerda da luta armada ia se tornando mais viril, pois participar da guerrilha exigia coragem, espírito de sacrifício, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas. O modelo de masculinidade era Marighella, líder da ALN, uma das mais importantes organizações de luta armada. Mas a ALN não era a única a propagar pela luta armada os valores da masculinidade. O PCdoB também recamava para si os ideais de virilidade e camaradagem masculina:

O exército popular só poderá surgir no curso da própria luta e só dominará a arte de combater na própria guerra... Guiar-se-á por uma *disciplina* consciente e seus componentes deverão ser exemplo de *heroísmo*, desprendimento e *devoção* à causa revolucionária... A guerrilha precisa contar com *homens firmes* e de grande *lealdade ao povo*, com *consciência revolucionária* e *confiança* em si mesmos, que sejam *perseverantes*, tenham certo conhecimento de *organização*, capacidade de ligar-se às massas e *vigilância* contra a atividade desagregadora do inimigo. (grifos de Wolff)

Mesmo com todo esse apelo à masculinidade, a inserção das mulheres militantes nessas organizações era muito maior que o de situações anteriores. E com a sua entrada, essas mulheres não só subvertiam a lógica da ditadura, mas subvertiam o papel da mulher da época, afinal a esquerda de 1964, como bem analisa Maria Lygia Quartim de Moraes, socióloga que militou pela ALN, “não era a mesma que lutou em 1968” (1989, p. 146). Um livro publicado em 1988, *O Perfil dos Atingidos*, mostrava que 12% dos acusados de participação na guerrilha eram mulheres. Em novos dados, o autor Marcelo Ridenti calcula que, dentro das organizações de esquerda, 18% eram mulheres. Possivelmente esses números eram maiores, já que Ridenti obteve seus resultados calculando apenas os processos movidos contra os militantes na justiça. (RIDENTI, 1993)

Em teoria, quando essas mulheres entravam na luta armada, elas eram iguais aos homens, porque na luta armada todos eram soldados. Mas na prática não era bem assim. Às mulheres eram incumbidas apenas as tarefas de observação, preparação do apoio logístico, entre outras coisas, porém, os cargos de comando sempre ficavam com homens, sendo poucos os relatos de mulheres que lideraram organizações de luta armada no Brasil. Segundo Quartim de Moraes, para as mulheres era mais fácil escapar da polícia, pois a não ser em casos notórios, era difícil acreditar que as mulheres seriam realmente guerrilheiras (Quartim de Moraes, apud Wolff).

4. NOVAS ESQUERDAS, VELHOS HÁBITOS.

A história da esquerda é masculina, sempre entre Marxs e Engels, Lênins e Stalins, e poucos espaços para Rosas. A história da ditadura militar no Brasil também é um campo masculino. O movimento feminista que reapareceu no Brasil em meados dos anos 70, a inserção das mulheres nas organizações de esquerda, principalmente da extrema esquerda, nos anos de 1966 e 1968, se deu principalmente através do movimento estudantil. E com a sua entrada, essas mulheres não só subvertiam a lógica da ditadura, mas subvertiam o papel da mulher daquela época.

O regime militar só conseguiu se instaurar e se manter graças ao apoio popular que recebeu, e grande parte desse apoio veio também de mulheres. Antes mesmo do golpe acontecer, quando João Goulart tentava selar seu compromisso com as reformas de base no Comício pelas Reformas no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, forças conversadoras, que viam em Jango um “perigo comunista” se reuniam. No Rio de Janeiro, muitas famílias se juntaram para acender velas para afastar o “perigo vermelho”, e, em São Paulo, mulheres se reuniram para rezar o terço na Sé, um forte indício da participação dos setores conservadores da Igreja Católica. Jango respondeu: “[...] exploram os sentimentos cristãos do povo na mistificação de um anticomunismo” e na declaração de que “não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade de suas esperanças [...]” (Grifos de Presot, 2010). Sua resposta foi o pretexto para que marchas tivessem início. A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* do dia 19 de março contou com cerca de 500 mil pessoas na capital paulista, e, além de São Paulo, houveram muitas manifestações em outras capitais como, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió e outras. Foram registradas 69 marchas de março a junho de 1964. (PRESOT, 2010).

As mulheres eram as líderes da marcha, as marchas eram organizadas e lideradas por grupos de mulheres como o Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte a Liga da Mulher Democrata (Limde) e em São Paulo a União Cívica Feminina (UCF). Essas instituições trabalharam arduamente para que o comunismo fosse uma pauta séria e que deveria ser combatida por todas as mulheres

de bem. As *marchadeiras* eram mulheres de diversas classes sociais, mas que iam às ruas pelas ideias altamente difundidas de que o comunismo destruiria famílias, roubariam propriedades, era a favor da libertação sexual, da pílula anticoncepcional, da minissaia e roubavam criancinhas (MORAES, 2007).

Com o golpe dado em 31 de março, só restava celebrar. Em 02 de Abril, a marcha era de triunfo, Jango perde, o “comunismo” perde, a família vence.

E é nesse ambiente hostil, no pós-golpe, que as mulheres de esquerda começam a subverter a ordem ao participarem das instituições de esquerda da luta armada. As primeiras manifestações feministas no Brasil datam da década de 1970. Essa década é um marco importante para as mulheres, pois, em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. Ainda nesse ano Teresinha Zerbini lança o Movimento Feminino pela Anistia (PINTO, 2003).

A autora Heloisa Buarque de Hollanda acredita que a dinâmica feminista no Brasil foi muito diferente do que ocorreu mundo afora, pois aqui setores progressistas da Igreja Católica se juntaram ao funcionamento dos movimentos sociais e isso acabou impossibilitando a inserção de pautas como divórcio, aborto, liberdade sexual. Porém, a militância dessas mulheres passou a ser mais ampla e pautas como liberdades políticas e melhores condições de vida inseriram-se na agenda do movimento feminista brasileiro, assim como temas como o racismo e a luta de classes foram trazidos para o debate feminista (Holanda, 2003).

Essa década é muito importante para o movimento feminista no Brasil, muito por conta também da imprensa feminista, com os jornais “Nós mulheres”, “Brasil mulher” e “Mulherio”. O jornal “Brasil Mulher” teve sua primeira edição em outubro de 1975, inaugurando a imprensa de teor feminista no país. Logo em sua primeira edição, o jornal deixou bem claro a que veio: “(...) Queremos usar a inteligência, informação e conhecimentos em função da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude” (Edição Número Zero. Jornal Brasil Mulheres).

Ainda que essa edição contenha termos extremamente recorrentes na temática feminista, como o termo “equidade”, algumas mulheres da equipe desse jornal não se chamavam e nem se consideravam feministas. Ainda nas edições do jornal, um assunto muito abordado era o da anistia a todos os presos e perseguidos políticos. A primeira edição do jornal tinha como editora Joana Lopes, no Paraná, com uma equipe de sete mulheres que depois foi ampliada para vinte e cinco.

O jornal *Nós Mulheres*, teve sua primeira edição em junho de 1976 e teve sua primeira edição financiada pela cantora Elis Regina (AUAD, 2003). A ideia principal do jornal era socializar o trabalho doméstico e reivindicar a criação de creches e lavanderias coletivas. A equipe desse jornal era liderada por Marisa Correa e equipe de quantidade próxima a 30 mulheres.

Já o jornal *Mulherio* foi lançado em 1981, em São Paulo, por um grupo de mulheres feministas. A jornalista responsável era Adélia Borges, mas a equipe editorial era composta por mulheres engajadas e declaradamente feministas, pesquisadoras e professoras. O jornal era bastante avançado em pautas feministas, reivindicavam: licença maternidade maior também para os pais, democracia doméstica, descriminalização do aborto, evidenciavam a situação vil das mulheres negras e a existência de um movimento de mulheres negras, entre outras. (TELES, 2003)

Os conselhos editoriais desses jornais eram bem semelhantes às reuniões dos partidos em clandestinidade, a situação financeira era precária, circulando na imprensa alternativa, e o fim para esses veículos de comunicação parecia iminente, com o jornal “Brasil mulher” tendo seu fim em 1978 e o “Nós mulheres” deixando de circular em 1979. O *Mulherio* tem uma trajetória diferente dos outros dois por ter sua formação posterior aos outros jornais, no ano de 1981 (contexto da abertura política), podendo contar com o apoio financeiro da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas. O jornal encerrou suas atividades em 1988 (LEITE, 2003).

Muitas das mulheres militantes, e companheiras de militantes, tinham seus primeiros contatos com o feminismo quando exiladas. E muitas dessas mulheres passaram a militar em mais de um movimento social, dessa maneira alongando sua militância, construindo uma “dupla militância”. As feministas brasileiras em Paris, que tiveram contato com o efervescente feminismo parisiense, as mudanças trazidas pelo Maio de 68, passavam a pensar na questão feminina numa perspectiva marxista. A legalização do aborto foi uma pauta encabeçada pelas mulheres parisienses feministas, mas que contou com uma grande adesão dos partidos comunistas e socialistas. Foi no contexto francês, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, que as brasileiras elaboraram um feminismo muito próprio. As brasileiras exiladas em Paris organizaram o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que existiu entre os anos de 1975 e 1979. Elas ainda mandavam material para o Brasil, tentavam contato com outras organizações feministas e buscavam aumentar o número de mulheres participantes. (PINTO, 2007)

Outras mulheres militantes entravam em contato com o feminismo, sua segunda militância, apenas na experiência do cárcere, que se fundava em uma luta política, evidenciava o machismo por parte de seus torturadores:

Nós conseguimos, na cadeia, foi um momento que eu convivi com 23 presas políticas, onde nós discutimos muito feminismo. ... Eu fiquei 6 meses incomunicável, e depois 5 meses eu fiquei vivendo com essas mulheres... eu fiquei com as mulheres, era a cela das mulheres, as atividades que nós fazíamos, organizadas, éramos um coletivo de mulheres...Na cadeia, a gente viu muito pouco isso, mas viu que a mulher tinha uma discriminação, a mulher era torturada diferente, enfim é isso que a gente viu. (Maria Amelia de Almeida Telles,2005)

Porém essa dupla militância criava um conflito de identidades para muitas mulheres, um caso conhecido é o da feminista Maria Amélia de Almeida Telles, a Amelinha, que foi militante do Partido Comunista Brasileiro e participou da fundação do PCdoB, militou 27 anos pelo partido, porém foi expulsa desse mesmo em 1987. Em seu livro “Breve História do Feminismo no Brasil”, ela descreve, mais de uma vez, o machismo existente em seus companheiros de guerrilha: “Ao participar da luta armada de 1969 até 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção, como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual”. (TELES, 2003, p. 70).

Mas o machismo dos companheiros de guerrilha não era expresso apenas por essa subestimação evidenciada por Teles. Através do livro *A fuga*, do ex-militante da ALN Reinaldo Guarany, podemos enxergar outras facetas do machismo que os homens de esquerda podem chegar a reproduzir:

As mulheres na esquerda seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolda com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sônia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de portaviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barra-pesada fosse a organização (ALN e VPR) mais feias eram e menos mulheres haviam; quanto mais de proselitismo fosse, eram em maior número e mais jeitosinhas (AP, POLOP). (GUARANY, apud Ridenti)

E ele continua:

Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época falavam de feminismo, e as mulheres de esquerda que estavam rompendo com um monte de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo. (GUARANY, apud Ridenti)

Falar que homens e mulheres dentro das organizações de esquerda eram igualmente soldados é uma afirmação que se torna falaciosa perante essa citação, afinal, poderíamos procurar nas produções das ex-militantes algo que remetesse a beleza, ou a falta de, de seus companheiros de guerrilha e muito menos de suas atividades sexuais. É comum achar nos livros das mulheres ex-militantes que seus companheiros achavam sexista quando o assunto “feminismo” era introduzido, porque além de dividir homens e mulheres, elas estariam tirando o foco da luta política. Esse silenciamento das pautas das mulheres no interior dos partidos e dos homens da esquerda, só refletem uma esquerda que não contempla as mulheres, e isso é evidente nas memórias, biografias e autobiografias das ex-militantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos da negociação para o fim do regime militar, surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a luta armada escritas por ex-militantes ou por jornalistas contemporâneos. A história contada por esses ex-militantes faz viva uma memória contra a ditadura, preencher páginas inúmeras também é uma forma de lutar contra seus torturadores. E construindo essas memórias, eles iam construindo a narrativa recente do Brasil. A sociedade brasileira submetida às forças repressivas, que silenciavam os movimentos sociais, sindicatos, as lideranças partidárias e seus militantes, vez ou outra, professores universitários e até mesmo crianças. Seus aparatos eram a violência institucionalizada, a censura, a prisão política, a tortura, o exílio, um ataque violento contra a vida. (ROLLEMBERG, 2010).

Porém, na memória que a esquerda construiu sobre a luta armada, essa é uma história que não pertence às mulheres militantes, e com suas histórias essas mulheres rompem o silêncio. Christine Delphy acredita que o feminismo é um começo para a ruptura com a extrema esquerda, por puro desencanto. A decepção com os homens de esquerda já é processo comum dos dois últimos séculos para as mulheres feministas que vêm denunciando os partidos de esquerda de traição com as pautas das mulheres. (1994) Alexandra Kollontai, feminista e marxista russa, assim como Maria Amélia de Almeida Teles, foi acusada por seus companheiros de querer se unir às mulheres burguesas e, assim, dividindo o foco da luta.

Contudo, afirmações como essa causam a impressão de que os homens de esquerda possuem verdadeiro medo do feminismo, talvez porque as mulheres feministas não se calam frente ao machismo que enxergam e vivenciam dentro dessas instituições, ou porque esses não acreditam que as lutas das mulheres feministas sejam tão importantes quanto a luta de classes e/ou a revolução socialista. Em 1980, com a caminhada para a democracia, os partidos que antes eram clandestinos passam a agir na legalidade novamente, porém, mais uma vez, a esquerda vai lentamente se fragmentando e dando origem aos partidos que conhecemos hoje. Os membros da nova esquerda dos anos 60 se encontram, hoje, desde o PSDB ao PSOL³.

Essa nova inserção da esquerda no sistema político legal levanta algumas perguntas que não puderam ser respondidas por falta de dados e bibliografia. Ainda hoje as mulheres têm dificuldade de garantirem espaços seguros para falar de feminismo em instituições de esquerda? Pautas feministas fazem parte das plataformas políticas dos partidos de esquerda? Afinal, velhos hábitos podem mudar? Para responder essa pergunta é necessário definir o que entendemos por esquerda, para essa definição usei o mesmo parâmetro do trabalho de Moura, em: As razões da esquerda radical PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos, tese publicada em 2011, onde à partir de um recorte temporal, 2005 à 2008, esses partidos compunham a chamada “Frente de Esquerda” para as eleições de 2006 e 2008. Analisando os programas localizados no site desses três partidos, temos que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não possui programa em sua página, porém eles possuem uma seção única destinada à temática feminista (Ana Montenegro) que se encontra desativada. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), em seu programa não tem resultados para as palavras mulheres e nem feminismo, mas na frase final do programa eles escrevem: “Luta sem trégua contra o machismo, o racismo e a homofobia”. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em seu programa possui uma seção intitulada: “Em defesa dos direitos das mulheres. Pela emancipação das mulheres” seção de número 15, onde o partido diz se aliar ao feminismo: “Nosso partido combate o machismo e a discriminação sexual, colocando-se na linha de frente da luta feminista”. O PSOL teve como candidata do seu partido à Presidência da República nas eleições de 2014, Luciana Genro, que não escondeu em nenhum momento sua luta contra o machismo, e sua participação, fez diferença frente às outras duas mulheres que também concorriam ao cargo Dilma Rousseff e Marina Silva.

Ao pensar no legado que as novas esquerdas deixaram, é difícil afirmar que todos os problemas das mulheres feministas de esquerda foram resolvidos ao longo desses 27 anos de fim efetivo da ditadura. Ainda é comum ouvirmos casos de mulheres que romperam com a esquerda por conta de silenciamento das pautas feministas. Porém isso não afasta e nem deve afastar as mulheres feministas da esquerda. Partidos como o PSOL, por exemplo, atuando dentro das regras e do jogo político que se posiciona à favor das mulheres. Mais uma vez citando Delphy, ela acredita que as mulheres são as verdadeiras detentoras dos valores da esquerda, a solução talvez more em romper com o machismo e não com a esquerda para o avanço do feminismo na esfera institucional. (1994).

³ Falar que os militantes da nova esquerda compõem hoje espectros políticos tão diversificados, do PSOL ao PSDB, é dizer que com a entrada no cenário político pós regime militar, esses militantes não levaram consigo os ideais revolucionários. O PSDB, por exemplo, é enxergado hoje como um partido de direita, devido as práticas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando estava em exercício. Nesse período (1994-2002), suas práticas econômicas foram associadas a práticas neoliberais. Já o PSOL representa, hoje, ao menos num cenário que considera apenas o partido com representação no Congresso Nacional, a extrema-esquerda.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AUAD, Daniela. Feminismo: que história é essa?. DP & A, 2003

DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 187, 1994.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967". **Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior, Recife, Editora Universitária UFPE**, p. 231-253, 2007.

Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Editora Mulheres, 2010.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias1 feministas. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 215-241,

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origins of the feminist press in Brazil. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 234-241, 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. **História do Marxismo no Brasil, Campinas-SP, Editora da Unicamp**, p. 341-373, 2007.

MOURA, Pablo Thiago Correia de. As razões da esquerda radical PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos. 2011.

PINTO, Céli Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminism, history and power. *Revista de sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX–Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, p. 71-96, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX**, v. 2, 2010.

TELES, M. Amélia. Breve história do feminismo no Brasil. 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.